

A descrição do vocalismo átono quinhentista: linhas e entrelinhas nos textos metalinguísticos coevos

Maria Helena Paiva

mhelenapaiva@netcabo.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal)

RESUMO. Com base no tratamento informático dos textos de gramáticos e ortógrafos quinhentistas, analisam-se as descrições de fones e as relações entre estas e factos sincrónicos e diacrónicos igualmente descritos; as ocorrências das palavras seleccionadas como objecto de descrição, ou ilustração dos factos descritos são comparadas com as ocorrências não metalinguísticas no mesmo autor e em diferentes autores. Sendo a elevação de <a> átono, o único ponto que é incontroverso na matéria, dada a clareza da descrição do primeiro gramático, Fernão d'Oliveira, a informação permite testar a fiabilidade dos outros testemunhos. A elevação do restante vocalismo átono continua a ser um tema em debate que apresenta uma vasta área de questões comuns, começando pela cronologia. Tendo em conta que o contributo mais importante é o de Fernão d'Oliveira, analisaram-se os conceitos básicos («letra», [vogal] «grande» e «pequena»), definiu-se a perspectiva dominante como sendo a da escrita, constatou-se a maior incidência das descrições nos fones representados por <e> e <i>, <o> e <u>, em consonância com as afirmações da proximidade entre eles, e observaram-se contrastes entre a doutrina expressa e a informação contida nas palavras-testemunho, bem como entre as grafias preconizadas e as grafias genuínas do Autor. A carência de uma terminologia adequada, evidente ainda em Soares Barbosa (1822), projecta-se em dificuldades de conceitualização, também patentes nos restantes metalinguistas, cuja informação complementar é sintetizada. A variação <e> ~ <i> e <o> ~ <u> origina um número elevado de referências; as interpretações e relacionações nem sempre adequadas, não deixam por isso de ser elucidativas, quando comparadas com mudanças por assimilação, dissimilação e analogia, quer ocorridas no passado quer em curso na época em estudo. No conjunto, a exploração das descrições conduz parcialmente à caracterização, no plano do vocalismo átono, do estado de língua sobre que virá a desenvolver-se o movimento de relatinização.

PALAVRAS-CHAVE. Vocalismo átono quinhentista. Fonética histórica. Tratamento informático. História do Português. História da Gramática.

ABSTRACT. Based on the computer processing of the 16th century grammarians, we have analyzed the definitions of phones and the relationships between these and synchronic and diachronic facts, which are also defined; the forms of the words that have been selected as the object to be described or as the illustration of the described facts are compared with the forms of the same words employed in non metalinguistic uses. The raising of atonic <a> being the only point that is undisputed in this matter (this is due to the clearness of the description of the first grammarian, Fernão d'Oliveira), this information enables us to test the reliability of the other testimonies. The raising of the remaining atonic vowels continues to be a subject of debate, and it presents us with a vast area of common questions, starting with the chronology. The contribution of Fernão d'Oliveira being the most important, we have analysed the basic concepts («letter», [vowel] «pequena» = small, «grande» = big); we have defined the dominant perspective as being that of writing; we have revealed a larger incidence of descriptions in the phones represented by <e> and <i>, <o> and <u>, in accordance with the affirmations of proximity between them, and we have observed contrasts between the expressed doctrine and information conveyed by testimony-words, as well as between the praised writings and the genuine writings of the Author. The lack of an adjusted terminology, which is still evident in Soares Barbosa (1822) is reflected in the difficulties in conceptualization, also clear in the other Authors, whose complementary information we have synthesised. The variation <e> ~ <i> and <o> ~ <u> give rise to a large number of references; the interpretations and connections are not always appropriate, but this does not make them less informative, at least when they are compared with changes by assimilation, dissimilation and analogy, whether these changes occurred in the past or are still in progress at that time. As a whole, the exploration of the descriptions leads partly to the characterization, in the plane of the atonic vowels, of the state of the language on which the movement of relatinisation will spread.

KEY-WORDS. 16th century atonic vowels. Historical Phonetics. Computer processing. History of Portuguese. History of Grammar.

1. Introdução

O português é sem dúvida uma das línguas românicas em que é maior o contraste entre um vocalismo tónico extremamente conservador e claramente delineado na sua quase totalidade desde os primeiros textos graficamente consistentes, e um vocalismo átono não só de difícil apreensão, mas em evolução ininterrupta até um presente caracterizado pela crescente consonantização, ou seja pela

não articulação, em contextos determinados, de determinadas vogais átonas. No percurso traçado, três momentos merecem particular atenção: o período inicial, porque constitui a matriz donde todo o resto deriva; o século XVI, porque desse período datam a fixação do padrão linguístico e os primeiros testemunhos de gramáticos e ortógrafos; e finalmente o século XVIII, por surgirem então afirmações peremptórias sobre a elevação de [e] e [o] átonos. Não admira por isso que o assunto seja um tema obrigatório nas obras sobre história da língua portuguesa e tenha suscitado uma ampla reflexão expressa numa vasta bibliografia.

Dois coordenadas configuram este estudo: primeiro, a análise das descrições linguísticas incluídas nos textos; segundo, o tratamento informático do *corpus* metalinguístico quinhentista (a partir de agora, *CMQ*, descrito no anexo) que, reunindo obras situadas entre 1536 e 1606, permite quantificar a variação gráfica nas suas relações com a mudança.

2. <a> átono

A elevação de <a> átono constitui o único ponto sobre que existe unanimidade.

O primeiro testemunho é o de Fernão d'Oliveira, inequívoco, e por isso frequentemente citado: «Temos a grãde como almada & α pequeno como alemanha» (GR 12 23-24)¹. Ao preconizar o uso da

¹ Trancrevo todas as citações das obras constantes do *CMQ*, de acordo com as pré-edições, aligeirando os critérios então retidos (Paiva, 2002, I, p. 70-79). As principais alterações são as seguintes: 1) uso de <i> e <u>, <j> e <v> de acordo com as convenções gráficas actuais; 2) substituição de <ç> por <c> antes de <e> e <i>; 3) substituição de *s longo* por *s de dupla curva*, mas conservação da sua função de demarcação da palavra; 4) introdução de acentos gráficos apenas quanto estes são indispensáveis à inteligibilidade do texto, casos em que a vogal alterada aparece em itálico; 5) A abreviatura que pode ser desdobrada como *pera* ou *para*, variantes que alternam em Oliveira, é representada como p^a. De entre os traços originários conservados, destaco: 1) o uso do til, generalizadamente considerado explicitamente pelos vários gramáticos-ortógrafos como símbolo da nasalidade das vogais, mais adequado do que <m> e <n>, letras que representam propriamente consoantes; 2) a geral conservação da palavra gráfica, sendo a alteração das delimitações originárias assinalada pelas convenções seguintes: [] – reunião de formas separadas: *alproveitão*;

letra grega <α> para representar “a pequeno”, Oliveira considera a distinção suficientemente importante para ser indicada por um sinal gráfico que facilite a sua identificação; e embora, no exemplo que dá, de “αλεμᾶηα”, a letra grega assinale também a vogal tónica fechada antes de nasal, é este o único caso em que é proposto um símbolo para identificar uma vogal átona, visto que o recurso às letras gregas visa distinguir vogais tónicas: <ε> para “e grande” como em *fēsta*, diferente de *festo*, <ω> para “o grande”, como em *fermωsos*, distinto de *fermoso* (12 24-26). Exceptuando a vogal tónica de “αλεμᾶηα”, e a vogal inicial de “almada”, o que a selecção de exemplos acusa é a elevação da vogal átona inicial e final; outros testemunhos corroboram estes: ilustrando o facto de «vogaes [que] se trocãõ»: «αμαρῶ [pretérito perfeito] & αμαρῶ [futuro] » (25 24-26) e, enumerando os «casos» dos «artigos»: « α . δα . [...] .αs. das . » (62 2-3).

Na esteira de Oliveira, Barros distingue a *grande*, que representa por <á>, como em *más* e *á*, contracção da preposição com o artigo feminino, e a *pequeno* como em *mas*, conjunção, a artigo feminino e pronome (nesse caso representado por <â>) e ainda vogal átona final, como em *bõa conciencia* (43r 24 – 44r 1).

Em 1576, na *Ortografia*, a relação entre [a] tónico aberto e [ɐ] átono fechado integra-se já numa regra de derivação, incidentalmente apresentada por Leão como argumento rejeitado contra a sua tese de que «não há mais que hum .a.» (2v 11):

«nas vogaes nenhũa differença teemos dos Latinos, de quem teem origem a nossa lingua. E a razão que faz parecer que são dous .aa. hum grande, & um pequeno, he a pronunciaçõ varia, que se causa dos accentos, ou das letras, a que se ajunta esta vogal. Porque quando teem o accento agudo, parece grande, como em *prato*, & quando graue, parece pequeno, como em *prateleiro*.” (2v 21 – 3r 4).

Esclareça-se que “acento agudo” equivale em Leão a acento tónico e “acento grave” a atonicidade. (2v 20-21). Mas o que merece principalmente destaque é o contraste entre a doutrina, que é falsa, e o exemplo, que é verdadeiro.

Do conjunto de informações depreende-se que a elevação de <a> átono no português padrão do século XVI tem carácter geral e

1) [– separação de formas reunidas: *o][qual*; ” – separação de formas reunidas quando há elisão ou crase: *d”agua*»; 3) a geral não intervenção em matéria de pontuação.

está consolidada em posição pretónica em inicial absoluto de palavra (*alemanha*, *amarão* [pretérito perfeito] ou não (*amarão* [futuro]), como postónica final (*alemanha*, *almada*, *bõa consciencia*) e nas enclíticas (*a* e *as*, artigo, *da* e *das*, contracção da preposição com os artigos, *mas*, conjunção). Não há referência à vogal postónica não final.

A informação veiculada pela aplicação do código gráfico adoptado por Barros permitirá avaliar a extensão do fenómeno.

O exame não exaustivo, mas bastante amplo, da obra de Barros, efectuado a partir do *Índice de Vocábulos* (Paiva, 2002), revela falhas de sistematicidade na aplicação do código, decorrentes de uma insuficiente capacidade de reconhecimento do traço a representar e da dificuldade de integração do particular no geral: assim, Barros escreve *sálvaçám*, mas, em contraste com o exemplo dado por Oliveira, *almada*, o sinal de abertura é completamente omitido nos vocábulos iniciados por *al-*, como *alcançar*, *algum*, *almirante*, *alteza*. O mesmo nos vocábulos em que a vogal inicial se manteve aberta, como em *acerca*, *além*, *avante*.

A muito larga maioria das notações comprova que a redução da vogal átona é um fenómeno que se tornou regular, como o atesta a derivação: *fácil* – *facilidade*, *gráve* – *gravidade*, *liberál* – *liberalidade*, *particulár* – *particularidade*, *prática* – *praticar*, *trabálho* – *trabalhó-sos*.

A conservação da vogal átona aberta regista-se em duas situações: a primeira, como no português padrão contemporâneo, quando a vogal resulta da crase de dois <aa> em hiato devido à queda de consoante intervocálica como em *sádios* (10v 8) (Teyssier 1966: 144); a segunda, em latinismos recentes, cuja origem se mantém desse modo patente: é o que acontece nos derivados de *bárbaro* < lat. BARBĀRUS < gr., vocábulo atestado desde os séculos XIV-XV (Machado, 1990 s.v., Cunha 1996, s.v.), que são provavelmente neologismos criados por Barros *bárbarismo* (3 ocs) e *bárbarizar* (1 oc.).

Pode assim concluir-se que a elevação de <a> átono no português padrão do séc. XVI tem carácter geral e está consolidada, na medida em que não se registam factos de variação, o que retira consistência aos argumentos que, com base no português do Brasil, onde o fenómeno não se dá, são aduzidos para a reconstituição do vocalismo átono quinhentista.

3. O restante vocalismo átono.

3.1. A área comum da problemática.

3.1.1. O teor dos argumentos.

Antes de mais, no plano metodológico, e seleccionando apenas a informação mais frequentemente utilizada, não retirei, como argumentos susceptíveis de caracterizarem o português quinhentista, identidades que têm sido apontadas entre o traço a reconstituir e traços do português do Brasil ou dos crioulos por quatro razões: primeiro, porque a não coincidência entre o português quinhentista e o português do Brasil ficou claramente comprovada relativamente à redução de <a> átono e, relativamente às outras vogais, os resultados no Brasil não são uniformes; segundo, porque a identificação de um fonema por um aloglota é sempre condicionada pelo sistema da sua língua nativa, e por isso, mediante a aplicação de testes específicos a estrangeiros, M^a. R. Delgado Martins obteve «a confirmação de que a percepção dum traço [se faz] em função da sua pertinência na língua falada pelo sujeito» (1986: 150, traduzido); terceiro, porque não é tido em conta o conceito de comunidade linguística, definida como grupo que partilha «o mesmo conjunto de normas» (Labov, 1984: 158, traduzido), o que conduz à superação da variação por expansão de determinadas variantes em detrimento de outras; quarto, porque de um determinado estado do sistema numa variedade linguística em sentido estrito, ou seja, a partir de «germes» de mudança, para adoptar a expressão de Herculano de Carvalho, que a usa no sentido de «condições de desenvolvimentos futuros» (1969 a): 45, traduzido), podem decorrer evoluções simétricas ou assimétricas noutras variedades linguísticas.

Pelo contrário, consideram-se da maior relevância as informações que se apoiam sobre textos portugueses anteriores ou coevos.

3.1.2. A questão cronológica.

Uma acentuada disparidade de opiniões marca o delineamento da mudança, quer no que se refere à sincronia ou assincronia da elevação das vogais átonas representadas por <e> ~ <i> e por <o> ~ <u>, quer no que se refere à localização do facto no tempo.

Limitando a definição do estado da questão às *Histórias da Língua Portuguesa* publicadas entre 1952 e 1991, sintetizamos no *Quadro 1* as concepções assumidas; em vez de fonemas, foram representados fones, por se considerar que, só depois de se saber que um fone existe, se pode discutir se tem ou não função distintiva.

Segundo Teyssier (1982: 58-62), relativamente ao vocalismo átono final, [e] evolui «de acordo com o seguinte esquema: [e] > [i] > [ĩ]», «que deve ter aparecido na segunda metade do séc. XVIII », datando a evolução [o] > [u], aproximadamente da mesma época. Os argumentos mais decisivos são colhidos em obras didáticas sobre o Português destinadas a estrangeiros, publicadas entre 1682 e 1788, a que se acrescenta «em 1767, o *Compendio de Orthografia* de Luís do Monte Carmelo [que] traz listas de ‘erros’» como *cutovelo, murar (morar), purtagem, tucar, xuver*».

Quadro 1. Vocalismo átono – séc. XVI

	final		pretónico	
	<e> ~ <i>	<o ~ <u>	<e> ~ <i>	<o> ~ <u>
S.S.Neto, 1952:483	[i]	[u]	[e]	[o]
P. Teyssier, 1982:56-63	[e]	[o]	[e]	[o]
I. Castro, 1991:251-252	[i]	[u]	[e]	[o]

I. Castro (2006: 195), reproduz as datações propostas por Teyssier (1982), mas considera haver indícios de «uma elevação [o > u] na primeira metade do séc. XVII» e «de uma paralela elevação [e > i] no mesmo século», concluindo estar-se «diante de um problema que merece mais estudo».

3.1.3. A crítica da informação veiculada pelo CMQ.

Dos metalinguistas quinhentistas, Fernão d’Oliveira é aquele cuja informação tem sido justificadamente mais explorada; a sua concepção de que tudo se encontra em perpétuo movimento, “quanto mais as falas que sempre se conformão cõ os conceitos ou entenderes, juizos & tratos dos homens” (50 4-5) suscita o interesse em captar

essa mobilidade, focando a variação, desenvolvendo a acuidade na observação, e elegendo o presente directamente observável como área privilegiada da descrição. Por isso, são as suas concepções que analisamos em primeiro lugar e predominantemente. Não obstante, Oliveira não pode deixar de ser integrado no seu tempo, como os restantes gramáticos e ortógrafos que, quando descrevem a língua, têm de ser lidos com a consciência da distância temporal convertida em progresso no estudo da linguagem.

3.1.3.1. O conceito de «letra».

Talvez nada ilustre melhor este tipo de questões do que o conteúdo do termo «letra» ou concretamente de um dos grafemas, <e> ou <o>, enquanto signos da metalíngua. A perspectiva pode ser gráfica, quando visa a leitura ou a escrita, e especifica o respectivo sinal ou o seu uso: «& se a tal penultima assi de vogaes puras não tiver o acênto não na escreveremos cõ .i. se não cõ .e.» (25 9-10). Também pode ser fonética ou fonológica quando se integra em descrição articulatória ou envolve menção de traço articulatório, quando ilustra factos de fonética combinatória ou sintáctica, quando tem carácter distintivo implícito ou explícito, quando se insere em confronto com fone ou fonema próximo, a nível do sistema: «antre .i. que é letra delgada aguda & viva & antre .e. grande soa na nossa lingua hũa outra voz mais escura: & não mais que hũa: & a este chamamos .e. pequeno» (32 24-27). Finalmente, os dois planos ou não podem ser discriminados ou são simultaneamente activados, como quando a letra é usada pelo fone de que constitui a representação: «Verdade é que depois de g quãdo logo vem .e. ou .i. escrevemos no meio .u.» (20 23-24).

3.1.3.1.1. A exploração da informação quantitativa.

Explorando o *Índice de Vocábulos* (Paiva, 2002) a partir das referências às «letras» vogais na *Gramática*, e tendo em conta que cada lema engloba as variantes gráficas contabilizadas a partir dos grafemas utilizados, constata-se a assimetria do panorama de conjunto, assim delineado, por ordem crescente do número de ocorrências: <a> – 22 ocs.; <u> – 25 ocs.; <i> – 31 ocs.; <o> – 32 ocs.; <e> – 42 ocs.

A análise interna da informação relativa aos grafemas mais frequentemente referidos revela, quanto a <e>, que a «letra» agrupa as seguintes especificações, assim quantificadas: indiscriminadas – 8; [ɛ] – 12; [e] – 20; [ẽ] – 1; [j] – 1.

O pico relativo a [e] suscitou a integração em contexto e conduziu à constatação de que, nesse total de 20 ocorrências, <e> aparece associado a <i> 9 vezes, quer se trate de distinguir quando deve ser usada uma das letras, quer haja referência a particularidades que aproximam ou afastam os fonemas representados. Além destas, distribuem-se por [ɛ] 2 ocs. que situam [e] entre [ɛ] e [i] e uma 3ª, correspondente a [j], em que a letra é referida como alternando com <i>, na representação de ditongos decrescentes.

Quanto a <o>, constatou-se que as 32 ocs. se distribuem assim: indiscriminadas – 5; [ɔ] – 11; [o] – 15; [õ] – 1. No total das 15 ocs. de [o], a letra é associada a <u> em 5 ocs., semelhantes àquelas em que <e> é associado a <i>.

3.1.3.1.2. A explicitação dos problemas de identificação

Além dos indícios que os paralelismos numéricos veiculam, outro paralelismo não menos elucidativo é a referência à problemática coincidente, quer referida conjuntamente, quer em separado: «Não pareça a alguém que nós confundimos .i. pequeno cõ .e. pequeno: nem .o. pequeno com .u. pequeno» (32 21-22); «.i. pequeno & .e. pequeno são muy vezinhos» (69 18), «das vogaes antre u & o pequeno há tanta vezinhença que quasi nos confundimos» (25 1-2).

3.1.3.2. «Grande» e «pequeno».

A segunda questão prévia inevitável é a dos conteúdos dos termos *grande* e *pequeno* que adjectivam as vogais em Oliveira. Herculano de Carvalho (1969 c): 81-88) depreendeu oposições no plano da quantidade (*vogal grande* é identificada com vogal longa e *vogal pequena* com vogal breve), no plano da abertura (*vogal grande* é a vogal aberta e *vogal pequena*, a vogal fechada), e no plano do acento (*vogal grande* é a tónica e *vogal pequena*, a átona). A polissemia é um factor permanente de dificuldade de interpretação dos numerosos passos em que os vocábulos são usados; a meu ver, a diferença de quantidade, que Oliveira refere provavelmente por influência da

descrição das línguas clássicas, é a menos relevante, quer porque nunca se reporta sobre o plano do conteúdo, quer porque é sempre perspectivada como decorrente do contexto fonético, quer ainda porque é associada às diferenças de abertura e principalmente à distinção entre tónicas e átonas. Por outro lado, a oposição de abertura só pode ser validada para [a]:[ɐ], [ɛ]:[e] e [ɔ]:[o], mas é incompatível com a afirmação de Oliveira de que <i> e <u>. «sempre são grandes» (32 8-9) De facto, relativamente a <e> e a <o>, a oposição essencial é entre vogal tónica e vogal átona, sendo que as vogais tónicas têm maior duração que as átonas, e o grau de abertura pode estar relacionado com o acento tónico. A polissemia dos termos, um dos traços que justifica a caracterização do saber linguístico quinhentista como pré-científico, tem como consequência que os respectivos conteúdos só possam ser esclarecidos por integração no contexto.

3.1.4. O texto enquanto confluência de nexos.

É o que pode ser ilustrado pelo passo transcrito a seguir, que é justificadamente um dos mais frequentemente citados, em que Oliveira combina o plano da duração com o da intensidade, transitando do «tempo» da articulação, dependente dos fonemas com que as vogais se combinam, para a identificação de *i grande* e *u grande* como tónicos e de *i pequeno* e *u pequeno* como átonos.

.i. & .u. letras vogaes também segundo mais ou menos consoantes de que vierẽ acõpanhadas assi gastarãõ mais ou menos tempo: mas ellas em .si. sempre são de hũa mesma quantidade & a mi me parece que sempre são grandes como *ouvido* . *escudo* . & em lugar de .i. pequeno serve .e. pequeno como *memorea*, *hostea*, *necessareo* *reverêcea*: nas penultimas : das quaes partes & outras semelhantes eu nũca escreveria .i. se não .e. porque eu tenho que a penultima pura ou ultima qualquer que se escreve cõ .i. sempre tem o acento da dição como *Maria*. *Ouvir*. & as que nam tẽ esse acento da dição escrevense com .e. pequeno como já dissemos. Outro tanto dizemos de .u. vogal como dissemos do .i. o qual .u. vogal sempre é grãde: como *gorgulho*. *arguyo*: e em lugar de .u. pequeno escrevemos .o. pequeno: como *argoyr* *continoar*. Onde se estevera .u. poséramos o acento na penultima como *concluyo*. (32 5-20)

A determinação da perspectiva adoptada pelo gramático condiciona a interpretação do passo: tendo em conta que a *gramática* é tradicionalmente a arte de bem escrever, o objectivo é antes ou

também a definição de um critério depreensível através da observação, mediante a qual a escrita possa ser a correcta.

Que a perspectiva é predominantemente gráfica, esclarecem-no as formulações «em lugar de .i. pequeno *serve* .e. pequeno», «eu nũa escreveria .i.», «ou ultima qualquer que se escreve cõ .i.», «escrevense com .e. pequeno», «em lugar de .u. pequeno *escrevemos* .o. pequeno». Os parâmetros em que a escrita assenta são explicitados: quando a vogal é tónica, ela não pode ser senão representada pelas letras <i> e <u>, que por isso «sempre são grandes como *ouvido*. *escudo*»; <i> na «penúltima», como em *Maria* ou na última como em *ouvir* «sempre tem o acento da dição»; «outro tanto» [u]: quando tónica, a vogal só pode ser representada pela letra <u> como *gorgulho*, *arguyo*; como átona, a vogal é representada por <o>: *argoyr*, *continoar*. O único caso em que a perspectiva é de reconhecimento de uma forma gráfica, portanto a da leitura, é a que se projecta na última frase: «Onde se estivera .u. poséramos o acento na penultima como *concluyo*. »

3.1.5. Vogal em hiato versus semivogal.

Toda a exemplificação que, no passo anteriormente comentado, dá apoio ao critério gráfico, opõe, para a selecção de <e>, palavras cuja forma preconizada termina em <ea> ou <eo> e, para a selecção de <o>, palavras em que a vogal se encontra em hiato – *argoyr*, *continoar* – que contrastam com formas em que [u] tónico figura num tritongo: *arguyo*, *concluyo*.

A incidência da pesquisa sobre as palavras-testemunho, ou seja um determinado tipo de ocorrências metalinguísticas, permite obter as primeiras conclusões.

Nas ocorrências metalinguísticas inseridas neste passo relativas a <e> ~ <i>, *hostea* e *reverêcea* são ocorrências únicas, mas *memorea* e *necessareo*, a que acrescentamos *gloria* ~ *glorea*, que é associado à doutrina e a *memoria* em 3 ocs. (25 5 : 2 ocs, 25 11) apresentam variação interpretável.

Das 13 ocorrências do lema *memória*, 10 terminam em <ea>; destas, 8 são metalinguísticas, incluindo as 3 que são preconizadas ou consideradas preferíveis. Só há portanto 2 formas não metalinguísticas em <ea> : «dom João da boa *memorea*» (49 8); «& nós dos nossos faremos *memorea* a seu tẽpo» (73 16). Das restantes

3 ocs., em – <ia> , 1 é metalinguística e, quanto às 2 restantes, nada as distingue das ocs em –<ea>, a não ser o facto de surgirem antes da primeira formulação da doutrina, no fólho 25: «& os socessores deste edificarão em *memoria* & honra de seu capitão» (5 25-26); «& ficará com mayor eternidade a *memoria* delle (10 5-6).

Das 10 ocs. do lema *glória*, 6 são metalinguísticas e destas, 3 ilustram a relação entre <e> e <i> postónicos, de acordo com a doutrina expressa; 1 das restantes, *grorea*, é irrelevante para o problema em análise, visto que constitui uma referência à forma antiga da palavra; as duas outras, exemplos de consoantes líquidas, são grafadas com <i> (21 7 e 21 26). As 4 ocs. restantes, não metalinguísticas, apresentam todas <i>, o que prova que só na zona estrita em que a doutrina é formulada, Oliveira usou a grafia que preconizou.

Finalmente, o lema *necessário*, com 19 ocs., apresenta apenas 2 ocs. metalinguísticas (32 10 e 33 23), ambas grafadas com <e>, declarando-se, na segunda, essa grafia como preferível. Representámos no *Quadro 2* a quantificação da variação, criando três zonas: a primeira corresponde aos totais das terminações <io> e <eo> na *Gramática* , a segunda e a terceira incluem, respectivamente, o número de ocs. antes e depois do fólho 25, onde pela primeira vez a doutrina é formulada, embora só no fólho 32 a palavra figure como exemplo.

O quadro torna claro o sentido da variação: no total da *Gramática*, a grafia com <i> predomina sobre a grafia com <e> na relação de 63, 15 % para 36,84 %. Mas antes da formulação da doutrina, a percentagem de ocorrências com <i> é de 80 % e depois desce para 44,44 %, enquanto a grafia com <e> apresentava antes a percentagem de 20 % e depois sobe para 55,55 %. Não pode deixar de concluir-se que a forma espontânea ou pelo menos dominante em Oliveira é a forma com <i>, e que é a preocupação de coerência entre a norma preconizada e a escrita posta em prática que inverte a tendência, sem contudo a eliminar completamente.

Quadro 2. *Necessário*

	Na <i>Gramática</i>		antes de fl. 25		depois de fl. 25	
	T.	%	T.	%	T.	%
-<io>	12	63,15	8	80	4	44,44
-<eo>	7	36,84	2	20	5	55,55

A distribuição das variantes de *memória* e de *glória*, anteriormente referida, confirma este juízo. De facto, «a reflexão metalinguística [é] factor simultâneo de homogeneidade e de heterogeneidade» (Paiva, no prelo, § 2.2.), mas as fracturas que deixa no texto são fortemente esclarecedoras, tanto de um pensamento que vai amadurecendo à medida que se exerce, como da realidade linguística que é objecto de exame.

Neste caso, a doutrina que, embora distinga «i grande» e «i pequeno», restringe a letra <i> à representação da vogal tónica e torna «i pequeno» uma realidade virtual, átona, representada por <e> nas terminações <ea>, <eo>, contrasta com as grafias que podem reputar-se de genuínas e é por isso um factor de flutuação. *Memória*, *glória*, *necessário* são formas sem dúvida articuladas com [i], ou com [j], mas o facto de Oliveira não conceituar ditongo crescente não contribui para o esclarecimento da questão. Relativamente a estes vocábulos os restantes textos apresentam grafias constantes com <i>.

Reaproximando-nos do passo que tem vindo a ser comentado, para nos fixarmos na relação entre <o> e <u>, constata-se, antes de mais, a acentuada simetria no plano da doutrina, que é maximamente clara quando o contraste se estabelece no âmbito da flexão verbal: no mesmo verbo, as formas rizotónicas escrevem-se com <u> como *arguyo* enquanto as formas arrizotónicas se escrevem com <o>, como *argoyr*. A indagação sobre as restantes ocorrências das palavras-testemunho na *Gramática* é pouco ou nada informativa (visto que *argoyr* e *concluyo* são ocorrências únicas e de *arguyo* há só outra ocorrência (29 24), também metalinguística, à excepção de *continuar*: das 6 ocs. do verbo, 5 estão de acordo com a doutrina expressa, visto que, sendo arrizotónicas, são grafadas com <o> – *continoar* (2 ocs), *continoando* (2), *continoadas* (1) – mas a restante, rizotónica, na 3ª pessoa do indicativo presente – «não se *continoa* logo outra vogal» (33 26), apresenta [u] tónico representado por <o>, o que só é possível porque a letra <o> tinha passado a representar o fone [u], quando [o] átono tinha evoluído para [u], embora se mantivesse na grafia como <o>, como acontece ainda hoje; havia assim o hábito de fazer corresponder ao fone [u], quando átono, a letra <o>, e esse hábito alastra à representação da vogal quando esta é tónica. É de esperar contudo que casos como este sejam raros numa *Gramática*,

visto que são verdadeiros erros de ortografia, e como tais não passam o filtro da autocrítica. Quando a vogal é átona, a componente conservadora da escrita mantém a letra <o>, pelo menos no âmbito de hábitos individuais, embora o fone representado seja, mais ou menos generalizadamente, [u]. Este juízo é corroborado pela comparação das grafias de *contínuo*, adjectivo, em Oliveira e em Barros: num total de 5 ocs, Oliveira representa a vogal átona por <o> (1 oc.), de acordo com a doutrina, enquanto Barros a representa por <u> (4 ocs.), em simetria com a grafia que adopta para o verbo, não documentado no resto do CMQ, de que há 2 ocs. metalinguísticas na *Gramática: continuásse* (20v 15), 1ª pessoa do imperfeito do conjuntivo.

3.1.6. A representação das semivogaes nos ditongos decrescentes.

Dado que uma percentagem elevada de especificações dos fones representados por <e> ~ <i> e por <o> ~ <u> situa as letras antes de outra vogal, podendo <i> e <u> representar uma vogal em hiato ou um ditongo crescente, importa indagar se as descrições e as grafias adoptadas para os ditongos decrescentes, únicos conceituados como ditongos, pode esclarecer a questão.

Oliveira inventaria 16 ditongos, orais ou nasais (26 22-24):

/j/ é representado por <i> ~ <y> em: *ay* [leia-se *ãy*] (*mãy*), *ei* (*tomei*), *oi* (*caracois*), *oi* (*boi*), *ui* (*fui*); por <e> em: *ae* (*tomae*), *ãe* (*pães*), *oe* (*soe* [verbo *soer*]), *õe* (*põe*).

/w/ é representado por <u> em: *eu* (*meu*), *ou* (*dou*); por <o> em: *ao* (*pao*), *ão* (*pão*), *eo* (*ceo*), *eo* (*deos*), *io* (*fugio*).

Relativamente a <e> ~ <i>, no capítulo sobre a formação do plural, Oliveira informa-nos de que na representação do mesmo fonema intervêm critérios de distinção gráfica baseados na morfologia: /j/ é representado por <i> ~ <y> no plural dos nomes, mas por <e> nos verbos: tendo estabelecido a regra de formação do plural dos «nomes acabados em .ol.», «como *caracol caracois*» (69 3-4), escreve a 2ª pessoa do indicativo com <e>: «*soyo. soes. por acostumar, e royo roes. por roer.* (69 14-15). A dificuldade em dissociar o sinal acústico e o sinal visual manifesta-se no assumir de um eventual erro, que justifica pela proximidade entre os fones [i] e [e]:

Dey a estes nomes no plural estes ditongos .ay. e .oy. cõ .i. & não com .e. porque as minhas orelhas assi o julgão: & não é muito enganarme pois .i. & .e. pequeno são muy vezinhos: mas com tudo os verbos se escreverão com .e. assi soes . roes. tomaes. tomaes. andaes. (69 15-20)

Passando à representação de [w], é notório o predomínio de <o> (5 ditongos), sobre <u> (2 ditongos), o que não deixa dúvidas de que neste contexto, <o> representa um fone, [w], muito próximo de [u]: Oliveira *ouve* a semivogal como «o pequeno», como ele próprio diz, falando das «líquidas»:

Algũas letras se fazem liquidas. Quer dizer liquido aqui brando, ou diminuido de sua força [;] das vogaes nós fazemos .u. liquido algũas vezes despoys de .g. & .q. como *quando*: & *lingua* mas se o meu sentir he acertado eu sinto nos taes lugares .o. pequeno & não já u & assi o escreveria se me atrevesse desta maneyra *lingoa. qoando*. porque assi me soa a mi nas minhas orelhas: & se outra cousa fazem por imitar a os latinos não é nosso o que seguẽ. (20 15-23)

Forçoso é constatar que muito poucas vezes se *atreveu* Oliveira e escrever estas palavras como acha que deviam ser escritas, visto que, no total de 130 ocs. do vocábulo *língua*, 126 são grafadas com <u>, e 4 com <o>, entre as quais a que consta do excerto transcrito e, no total de 63 ocs. de *quando*, todas são grafadas com <u>, à excepção da que foi citada acima, e de outra, também metalinguística: «Bem podẽ escusar essa letra .q. como *cadeira. coando. começo*» (24 21-22).

Clarinda Maia (1986: 426), menciona vários casos de representação de [w] por <o> em documentos dos séculos XIV-XVI, como *agoa, agoardar, mengoa* o que comprova a antiguidade da tradição gráfica, e a equivalência, em contexto com <g>, entre <o> e a semivogal posterior. Mas a afirmação de Oliveira é inequívoca: para ele, o fone que, em *língua* e *quando*, identifica como «u liquido», é «sentido» como «o pequeno».

3.1.7. Ainda a terminologia.

Também a vogal final de *Marcos* e *Domingos* é identificada como «o pequeno», como diz no capítulo sobre as relações entre terminação e género: «em os. cõ .o. *pequeno*: & em ws com .ω. grande são

masculinos como *marcos domingos, cós, retrós*» (65 9-11). O artigo masculino, quer no singular, quer no plural, é referido, na «declinação» do artigo, como tendo a forma de «o pequeno»: «os artigos masculinos acabão ã .o. pequeno no singular» (62 15-16), «tambê nesse [genitivo] acabão em vogais pequenas os artigos, o masculino ã .o. & o feminino ã .a. (62 17-20), « & no derradeiro [caso] a que os latinos chamão accusativo [...]: acabão em .o. pequeno: os masculinos» (62 22-24), «no plural todos estes acabão nesta letra .s. accretada sobre o seu singular» (62 24-26).

A formulação de Oliveira pode ser esclarecida por comparação com grafias correntes no *Testamento de Afonso II*, manuscrito de Toledo, em que a forma *u* do artigo definido e do pronome demonstrativo, não interpretável como latinismo gráfico, bem como *ou* e *ous* (provenientes da contracção com a preposição *a-*), além de *susu*, preposição < SŪRSŪ, conduziram A. M. Martins (1985: 10-15; 20), a concluir que «*susu* e *u* terão de ser tomadas como testemunho de uma realização –[u] para a vogal átona final, quando esta tem na sua base um – Ū latino»; «em *ou* e *ous* do ms de Toledo, temos a representação de um ditongo em que a primeira vogal foi velarizada por assimilação à semivogal» (1985: 120). Estes juízos adensam a hipótese de ter também carácter fonético a grafia *us*, que foi anteriormente considerada como podendo «interpretar-se como um caso de ‘inércia’ ao nível do processo de selecção grafemática», visto que em contexto com *u*, *ou* e *ous*. (1985 : 20).

Na descodificação do termo «o pequeno», e também no de «e pequeno», não pode deixar de ter-se em conta o conteúdo dessas designações ainda em Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816): numa época em que não pode pôr-se em dúvida que a vogal átona representada na escrita por <o> seja [u] e que <e> gráfico átono corresponda a [i], Barbosa teve em conta o facto quando, na *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, publicada postumamente em 1822, enumerou «vinte vozes» (entenda-se vogais); mas isso não o impediu de se lhes referir deste modo: «E *Pequeno*, como *Se*, *Conjunccção*», «O *Pequeno*, como *O*, artigo masculino». Daí a necessidade de adoptar para [o] e [e], tónicos, respectivamente as designações de «Ê *Grande Fechado*, como *Sê*, verbo» e «Ô *Grande Fechado*, como no Substantivo *Avô*, masculino» (Barbosa 1822: 3).

Muito mais que a persistência dos termos, o conteúdo do passo seguinte, escrito quase dois séculos depois da *Gramática* de Oliveira, acusa a sobrevalorização do escrito em detrimento do oral, e a consequente impossibilidade de perspectivar a escrita como secundária, relativamente à oralidade:

A lingua Portuguesa porêm toca mais dois pontos ou vozes na sua corda vocal; huma entre o E *Pequeno*² e o I *Commum*; e outra entre o O *Pequeno* e o U *Commum*, as quaes, por serem surdas e pouco distintas, se podem chamar *Ambiguas*, e por isso não tem signal Litteral proprio, e se notão na escriptura, a primeira ja com e ja com *i*, e a segunda ja com o ja com *u*. Taes são as que mal se percebem, quando estas mesmas vogaes se achão em qualquer palavra, ou antes de alguma voz grande immediata, ou depois da mesma nos Diphthongos, e no fim das palavras. Assim e parece ter o mesmo som que *i* nas palavras *Cear*, e *Ciar* (ter zelos) e nos diphthongos destas *Paes*, *Pai*; e pelo mesmo modo o tem o mesmo som confuso que *u* nas finaes de *Paulo*, *Justo*, *Amo*, e nas palavras *Soar*, e *Suar*, e nos Diphthongos, como em *Pao Paulo*, *Seo Seu*. (Barbosa 1822/ 2005, p. 4/ 60)

O facto de a realidade fonética a descrever nos ser conhecida torna patente a sobreposição da grafia sobre a fonia, de que resulta a inversão da relação entre os dois planos: de facto, não são as «vozes» que são pouco audíveis e que por isso são consideradas «surdas», «pouco distintas», motivo por que «se podem chamar *Ambiguas*», mas a escrita que não dispõe de um grafema que as identifique claramente; não é por serem *ambiguas*, que «não tem signal Litteral proprio», como não é por serem «as que mal se percebem» que tal acontece, como o ilustram de resto os exemplos apresentados, mas porque a realidade fonética evoluiu sem que a escrita tivesse acompanhado a evolução.

O que a interpretação do passo quer dizer, não é evidentemente que «o pequeno», quando átono, equivale em Oliveira a [u], mas sim que não equivale necessariamente a [o] e que, à semelhança da letra que continua a ser a mesma quer o fonema seja tónico ou átono, há passos em que «o pequeno», átono, designa [u] ou [w], não porque, parafraseando-o, entre [o] e [u] haja tanta semelhança «que quase nos confundimos» (25 1-2), mas porque está em curso a elevação da vogal átona.

² Todos os sublinhados do excerto são do Autor.

Por maioria de razão, quando os restantes metalinguistas quinhentistas, menos vocacionados para a descrição da língua oral, falam de «e pequeno» e «o pequeno», isso não quer dizer que estejam a referir-se a [e] e a [o] átonos.

3.1.8. As restantes descrições gerais.

João de Barros mantém as designações de «grande» e «pequeno» para <e> e <o>.

Um dos «ofícios» de «e pequeno» é «servir» de conjunção copulativa, como é ilustrado a seguir: «tu e eu e os amigos da pátria louvamos a nóssa linguágem.» (44r 9-11). Como observou Jacinto do Prado Coelho (1946: 221), que cita o exemplo apresentado por Barros, «antes de vogais, já no *Cancioneiro Geral* surge y em vez de e: ‘y elas sem mays ouvir’ (11, 17, 19). Tratando-se de uma proclítica, o facto, no âmbito da fonética sintáctica, deve ser relacionado com a evolução da terminação átona <ea>, <eo>, que comentámos a partir das palavras-testemunho usadas por Oliveira, tendo então concluído pela genuinidade das formas oliveirianas com [i] ou [j] (Ver 3.1.5).

Dos três «ofícios» de «o pequeno» – «artigo masculino», «relativo masculino» e «composiçám das dições» (45r 1-5), o terceiro não chega a ser esclarecedor porque faltam exemplos ilustrativos, o segundo, de pronome – «este livro sempre andaré limpo se ô guardárem bẽm» (45r 4-5) – não se distingue no plano fónico do primeiro que, referente ao artigo, coincide com a informação dada por Oliveira e anteriormente comentada (Ver 3.1.7.).

Como Gândavo não se refere ao vocalismo, restam as descrições de Duarte Nunes de Leão, que enfermam das mesmas características que assinalámos a propósito da negação da existência de [ɐ] (Cf. 2.).

O preconceito etimológico, o predomínio do visual sobre o acústico e o articulatório, o pendor conservador, prejudicam as descrições de Leão que se esforça por comprovar industriosamente a existência não só de um único <a>, mas também de únicos <e>, <o>, quer tónicos, quer átonos:

E hé letra vogal simplez, & não de duas maneiras, como algũs cuidão, que fazem .e. pequeno como em besta por animal, & .e. grande como em bésta per arma, & instrumêto de tirar: o que não há. Porque na pronunçiação dessa letra nenhũa differença teemos dos latinos. E a differença, que vai desse .e. que aos vulgares parece lõgo, ao outro, a que erradamênte chamão breve, notamos com accêto agudo ou circumflexo, ou grave. (LRT 6r 15-23)

Muitos homêes mui doctos, & curiosos da lingoa Hespanhol cuidarão, que acerca de nós havia duas maneiras de .o. hum grande, & outro pequeno, como acerca dos Gregos. Mas, como teemos dicto do .a. assi como não teem mais que hũa figura, assi não teem mais que hũa natureza: que ser longo, ou breve, he accidente, como nas outras vogaes.” (LRT 14r 12-18).

Como os acentos gráficos são raramente usados por Leão, a questão não fica esclarecida. Por vezes, a insuficiência informativa das descrições e das práticas escriturais é suprida pelo que nas entrelinhas se apreende, como acontece no passo seguinte, em que, contrariamente às afirmações constantes acima documentadas, caracteriza a semivogal posterior do ditongo «ão», como tendo «um sabor de .o.», inexistente na sílaba inicial de *campo*, o que não deixa dúvidas quanto à equivalência entre <o> e o fone mais semelhante a [w], ou seja, [u]:

O IIII diphthongo he .ão. [...] sobre que há mais opiniões, & duvida, em que lugares se há de usar. Porque hũs indistinctamente o usão, & o confundem com esta terminação .am. não fazendo de hum a outro differença algũa. O que hé erro manifesto. Porque no fim das palavras, que acabamos com esta pronunçiação, achamos um sabor de .o. que não achamos no fim da primeira syllaba desta palavra, *campo*. (LRT 27v 22 – 28r 7)

3.1.9. *Variação fonética versus analogia.*

Numa época em que estão em curso importantes fenómenos de analogia no âmbito do verbo, importa distinguir os casos em que a variação dos grafemas <o> ~ <u> e <e> ~ <i> é uma consequência dessa dinâmica e aqueles em que pode estar relacionada com a redução das vogais átonas.

Assim, quando Oliveira afirma «das vogaes antre u e o pequeno há tanta vezinhença que quasi nos confundimos dizendo hũs *somir* e outros *sumir*: & *dormir* ou *durmir*, & *bolir* ou *bulir* & outras muitas partes semelhantes.» (25 1-4), nos pares de infinitivos que seleccionou são contrapostas formas de dois tipos: primeiro, aquelas em que <o>

ou é etimológico (*dormir* < DORMĪRE , *bolir* < BŮLLĪRE) ou, no caso de *somir* < SŪMĚRE, resulta da alteração da vogal do radical por integração analógica no grupo de verbos com o no latim clássico, donde SŪMĪT > *some* (Williams, 1975: 218) ; segundo, as formas em que, a partir da 1ª pessoa do indicativo *durmo* < DORMĪO e *bulo* < BŮLLĪO, cujo resultado fonético regular inclui [u] , por inflexão vocálica, é criado analogicamente um infinitivo com [u].

Portanto, a não uniformidade de usos a que Oliveira faz referência não é, como diz, consequência da semelhança dos fones, o não é tão fechado que *quase se confunde com u*, mas a variação que é inerente à expansão de qualquer mudança; a sua interpretação, não sendo adequada, porque o fenómeno de analogia em causa está fora da sua área de conhecimento (embora haja na Gramática a projecção do conceito enquanto princípio de regularidade), não deixa por isso de comprovar a existência de um fenómeno de variação entre [o] e [u] átonos, do mesmo tipo do que é referido a seguir : «E outro tanto antre .i. & .e. pequeno como *memoria* e *memorea*, *gloria*: ou *glorea*.” (OGR 25 4-6).

Também Barros, ao falar da formação do indicativo a partir do infinitivo, estabelece relações em que uma das formas é sempre analógica: «Os verbos da terceira cōjugaã, terminã o infinitivo, ã, *ir*, e fórmam o seu presēte [...] poēdo ã lugar de , *ir*, esta letera , o , e fica formádo *firo*, de *firir* , *durmo* de *durmir*, *sento* de *sētir* , *ubro*, de *ubrir*. » (27v 15- 19).

À excepção de «*sento* de *sentir*», a relação postulada inverte a relação histórica, do mesmo tipo da que foi referida para *durmir*, como é o caso de *firir* (FĚRĪO > *feito*, substituído por *firo*, por integração no esquema SERUĪO > *sirvo* (Williams, 1975: 218) e de *ubrir*, construído a partir de *ubro* < COOPERĪO. *Sento* é igualmente uma forma analógica, mas construída com base em *sentir* < SENTĪRE, uma vez que SENTĪO evoluiu regularmente para *senço*, e para *sinto*, segundo o esquema SĚRUĪO > *sirvo*, acima referido (Williams, 1975: 219).

A procura de simetria, que é uma das características da atitude metalinguística de Barros, pode ter influenciado algum tanto a selecção de formas, visto que Barros usa *ferir* – «o ofício de *ferir* nas outras vogáes» (45r 20), em consonância com Oliveira (*ferir*: 1 oc.), *dormir* – «Os que acábam em , *ir* , sam da terceira: como ouvir, *ir*, *dormir*»

(21r 24-25); mas o significado da existência de <u> em *cubrir* é corroborado por 2 ocs. de *cuberto* (26v 15 e 55r 20), grafia amplamente documentada no período medieval. Quanto à relação *sento* – *sentir*, a forma de 1ª pessoa do indicativo é uma ocorrência única, em Barros, mas há 2 ocs. de *sinto* em Oliveira (20 19, 23 18).

Afectando as vogais representadas por <e> ~ <i> e <o> ~ <u>, estes fenómenos de analogia, de natureza diferente da dos fenómenos fonéticos, contribuíram contudo para gerar a impressão de terreno movediço que reflectem as descrições de Oliveira e de Leão.

4. Conclusão

A clareza da descrição de Oliveira, retomada por Barros, não deixa dúvidas sobre a elevação do fonema átono representado por <a>; negado por Leão, o facto é comprovado pelo próprio exemplo seleccionado para o contestar e pela prática escritural de Barros, que atesta o facto como consumado.

Relativamente ao restante vocalismo átono, não há descrições inequívocas e torna-se necessário ler nas entrelinhas.

Uma finalidade prática não é estranha à produção de gramáticas e ortografias. Sendo assim, a perspectiva dominante não é a da leitura, assente no reconhecimento do significante gráfico como equivalente do significante acústico memorizado, mas a da escrita, inerente implicitamente à actividade do gramático, tal como ele é perspectivado na época, e explicitamente à do ortógrafo. Mesmo o mais arguto observador da língua oral, Fernão d'Oliveira, não escapa a prolongar, enquanto gramático, a sua experiência de mestre de meninos nobres (Mendonça, 1898: 4, 111). O reconhecimento da mudança [a] > [e], mas a não explicitação das mudanças simétricas [o] > [u] e [e] > [i] não prova que estas não se tenham dado ou não se encontrem, pelo menos, em curso. No início do século XIX, para Soares Barbosa, não é perturbador que exista um fonema [e], sempre representado por <a>; mas que um fonema [i] não tenha em caso algum uma representação gráfica específica, e que [u] possa ser representado por <u> e por <o>, suscita-lhe ainda a justificação da grafia, pelo carácter «confuso» ou «ambíguo» dos próprios fones (1822: 4).

Não é por isso de admirar que a explicitude plena se encontre mais facilmente em obras didácticas que contrapõem duas línguas: Luís Caetano de Lima, em 1736, na *Ortographia da Lingua Portuguesa*, considera ainda que as vogais finais representadas pelos grafemas <e> e <o> são respectivamente /e/ e /o/ (Carvalho, 1969 c): 92); mas dois anos antes, em 1734, na *Gramática Italiana*, tinha escrito que os portugueses “mudam quasi o e final em i” (p. 10) e que, quanto à “vogal o [...] no final das palavras” lhe dão “som [...] fechado ou escuro [...] equivocando-o com u” (p. 15).

Assim sendo, e não podendo descurar-se a exploração da dimensão descritiva das obras metalinguísticas, a via indirecta da informação permite colher, em primeiro lugar, indícios que se concentram em determinadas direcções.

O que é inexplicável torna-se claro, se se admitir que a vogal átona representada por <e> não é nem [e] nem [i], mas [ɨ]: a existência dessa vogal é prenunciada pelos picos quantitativos incidentes em <e> e em [e], associado a [i]; ela é objecto de preceitos gráficos, assentes na oposição entre tónica e átona que reservam <i> para a representação da tónica, e, por coerência com o preceito, restringem <e> à representação de «e pequeno», identificado com [i] ou [j], o que contrasta com a escrita genuína do Autor e com o quase indiferente uso de <e> e <i> em ditongos decrescentes. Dadas as restrições de carácter heurístico acima referidas, será necessário corroborar por outros meios o que é mais do que uma simples hipótese, a existência desta «outra vogal mais escura» (OGR 32 26) .

A problemática da identificação da vogal átona representada por <o> é em grande parte comum à que se refere a <e>, mas a redução de [o] átono transparece no uso de <u>, em vez de <o>, no uso de <o> com clara correspondência a [u] ou a [w], e em factos de variação.

Assim, em Oliveira, a inequívoca representação de [u] átono por <o>, nas formas arrizotónicas *argoyr* ou *continoar*, em contraste com as formas rizotónicas, grafadas necessariamente com <u>, mas a conservação abusiva da equivalência [u] = <o>, quando a vogal é tónica, em *continoa*, 3ª pessoa do indicativo presente de *continuar*; a variação <o> ~ <u> nas formas arrizotónicas de *continuar* e em *contínuo*, adjectivo, sendo constantes as grafias com <o> em Oliveira

e com <u> em Barros; a identificação da semivogal posterior de ditongos crescentes com o fone que mais se lhe assemelha, [u], representado por <o> nas grafias *lingoa* e *qoando*, preconizadas mas raramente adoptadas, e a notação indiferente de ditongos decrescentes enumerados como *meu*, *dou* mas também como *pao* (*pau*), *pão*, *ceo*, *deos*, *fugio*. Em todos estes casos, «o pequeno» designa efectivamente [u] ou [w] e é a primeira destas correspondências que é estabelecida relativamente ao final de *Marcos* e às formas masculinas do artigo definido, encontrando-se ainda em Leão a identificação entre o fone por que termina o ditongo *ão* e aquele por que termina a palavra *campo*. Por outro lado, a variação entre *dormir* e *durmir* e outras formas análogas, que Oliveira descreve como ilustrativas da proximidade entre «u e o pequeno», podem resultar de se encontrar em expansão o processo de analogia em que todas se integram, ou de <o> em posição átona representar já [u], como o comprova a relação estabelecida por Barros que, invertendo a relação histórica, é por isso mesmo esclarecedora, no plano fónico: «*durmo*, de *durmir*». Os factos referidos indicam que está em curso a elevação de [o] átono, movimento cuja amplitude só poderá contudo ser avaliada por exploração de outros meios de informação.

Referências

- Barbosa, J. Soares. 1822. *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*. Edição anastática de Amadeu Torres. Lisboa: Academia das Ciências, 2004.
- Carvalho, J. G. Herculano de. 1969a. Sincronia e diacronia nos sistemas vocálicos do crioulo caboverdiano. *Estudos linguísticos*. Coimbra: Atlântida Editora: II, 5-31.
- Carvalho, J. G. Herculano de. 1969b. Le vocalisme atone des parlers créoles du Cap Vert. *Estudos linguísticos*. Coimbra: Atlântida Editora, II, 33-45.
- Carvalho, J. G. Herculano de. 1969c. Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas e e o em sílaba átona. *Estudos linguísticos*. Coimbra: Atlântida Editora, II 75 -103.
- Castro, I. 1991. *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Castro, I. 2006. *Introdução à História do Português*. 2ª ed. Lisboa: Edições Colibri.
- Coelho, J. do Prado. 1946. Para o estudo da pronúncia do Português medieval. *Revista de Portugal, série A: Língua Portuguesa*. X: 217-221

- Cunha, A. Geraldo da. 1996. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2ª ed., reimp. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Labov, W. 1984. *Sociolinguistic Patterns*. [1ªed.: 1972]. 3ª ed. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- Lima, L. Caetano de. 1734. *Grammatica Italiana*. Lisboa: Of. da Congregação do Oratório.
- Lima, L. Caetano de. 1736. *Orthographia da Língua Portuguesa*. Lisboa: Of. António Isidoro.
- Maia, C. de Azevedo. 1986. *História do Galego-Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra: I.N.I.C.
- Machado, J. Pedro. 1990. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 6ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- Marquilhas, R. 2000. *A Faculdade das Letras. Leitura e Escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Martins, A. Maria. 1985. *Elementos para um Comentário Linguístico do Testamento de Afonso II*. Reprodução facsimilada. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Martins, Mª.Raquel Delgado. 1986. *Sept Études sur la Perception*. Lisboa: I.N.I.C.
- Mendonça, H. Lopes de. 1898. *O Padre Fernando Oliveira e a sua Obra Náutica*. Lisboa: Academia Real das Ciências.
- Neto, S. da Silva. 1952. *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.
- Nunes, J. Joaquim. 1956. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*. 5ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Paiva, M. H. 2002. *Os Gramáticos Portugueses Quinhentistas e a Fixação do Padrão Linguístico. Contribuição da Informática para o estudo das relações entre funcionamento, variação e mudança*. Vol I: Objecto e Método; Vol. II: Pré-edições; Vol. III : Índice Geral de Vocábulos, Índices Alfabéticos de Formas de Outras Línguas; Vol. IV: Conclusões. Dissertação de doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Paiva, M. H. No prelo. [Fernando Oliveira :] A língua da Gramática à luz dos outros textos». In: C. Morais (Org.). *Fernando Oliveira, Um Humanista Genial*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Silva, R. V. Mattos e. 1989. *Estruturas Trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Teyssier, P. 1966. La prononciation des voyelles portugaises au XVI siècle d'après le système orthographique de João de Barros. *Annali* [Nápoles: Instituto Universitario Orientale, VII,1: 127-198.
- Teyssier, P. 1982. *História da Língua Portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. Lisboa: Sá da Costa [1ª ed. francesa: Paris: P.U.F., 1980].
- Williams, E. B. 1975. *Do Latim ao Português*. Trad. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro [1ª ed ingl.: 1938].

Descrição do corpus

Primeira sincronia (tratada exaustivamente)

1. Fernão d'Oliveira

Grammatica da lingoagem portuguesa (1536) – (OGR).....23 538 oc... 35,7 %

2. João de Barros

Texto contínuo da “*Cartinha*” (1539) – (BCA)

Grammatica da lingua portuguesa (1540) – (BGR)

Diálogo em louvor da nossa linguagem” (1540) – (BDL).....24 549 oc.... 37,3 %

Total da primeira sincronia.....48 087 oc.... 73,1%

Segunda sincronia (tratada por amostra aleatória de ¼ de cada texto)

3. Pêro de Magalhães de Gândavo

Regras que ensinam a maneira de escrever e

Orthographia da lingua Portuguesa [...] (1574) – (GRE)

“*Dialogo em defesaõ da lingua Portuguesa*” (1574) – (GDD)..2 097 oc..... 3,1 %

4. Duarte Nunes de Leão

Orthographia da Lingoa Portuguesa (1576) – (LRT).....8 698 oc..... 3,5 %

5. Duarte Nunes de Leão

Origem da Lingoa Portuguesa (1606) – (LRI).....6 684 oc... 10,1 %

Total da segunda sincronia.....17 679 oc.... 26,8%

Total do corpus.....65 766 oc